

## Futuro das quotas leiteiras: o plano B



### ECONOMIA

PEDRO  
PIMENTEL  
SECRETÁRIO GERAL DA ANILACT

Como já referi noutras ocasiões e fruto de um conhecimento crescente de qual é o posicionamento dos diferentes elos da fileira nos diversos Estados-membro, Portugal é dos poucos países em que se verifica um alargado consenso sobre qual é o posicionamento nacional face aos cenários de liberalização europeia do sector e às perspectivas de desmantelamento do sistema de quotas leiteiras.

Apesar do silêncio das mais altas instâncias da tutela e da total ausência de um processo de audição e consulta dos interessados – veja-se o que aconteceu/está a acontecer em Espanha, França, Itália ou Alemanha – estes, os interessados, têm vindo sucessivamente a trocar impressões e a consensualizar uma linha de argumentos e preocupações que conduzem a uma conclusão básica: a abolição do sistema de quotas e a liberalização do mercado do leite na União Europeia conduzirão, caso nada se altere face ao cenário actual, a um impacto fortemente negativo sobre a produção leiteira nacional, com os consequentes impactos no abastecimento do tecido industrial lácteo nacional.

Assim e apesar de conservador ou politicamente incorrecto, a fileira do leite em Portugal entende que deve ser defendida a manutenção – com a necessária modernização – do sistema de quotas leiteiras, mesmo para lá de 2015, e que devem ser consideradas com as máximas reservas todas as acções conducentes à li-

beralização do mercado comunitário do leite.

Há que encarar com as devidas cautelas e caldos de galinha a concorrência dos nossos principais competidores internacionais, sejam da Oceânia ou da América do Sul, sejam os Estados Unidos, o Canadá ou a Ucrânia. Mas, com mais reservas ainda devem ser encarados os intentos expansionistas e egoístas de alguns dos nossos parceiros comunitários. É relativamente fácil reclamar o estatuto de mais competitivo, quando administrativamente impedimos outros de atingir o mesmo patamar de competitividade...

Ao indicar que não pretende “perder tempo” a discutir a eventual continuidade do sistema de quotas leiteiras e ao assumir que não quer mexer uma vírgula nas propostas apresentadas por Bruxelas, a camarada Comissária Mariana, ao melhor estilo do nosso ‘saudosos’ PREC, demonstra que a defesa dos interesses de todos os países deveria ser igual, mas que, sem dúvida, há uns mais iguais do que outros.

É por estas e por outras que penso que apesar de nos assistir todo o direito de defender aqueles que são efectivamente os nossos interesses, não devemos ser inocentes a ponto de limitar aí o nosso ‘trabalho de casa’. Devemos isso sim estudar aprofundadamente o impacto potencial de cada cenário, verificar cuidadosamente as posições em confronto (não apenas à superfície, mas também no que vai para lá da ponta do iceberg), capitalizar as inflexibilidades de terceiros, escolher os melhores aliados, fomentar o nosso capital de queixa e preparar uma alternativa: o tal Plano B. Também aqui, na prepara-

ção do Plano B, há que fazer, com ou sem o apoio da tutela, o mesmo esforço de consensualização entre todos os elos da fileira. Sou de opinião que é sempre mais fácil chegar a um acordo sobre aquilo que não queremos do que em relação ao que efectivamente desejamos. Assim, este exercício irá exigir de todos nós um empenho acrescido, porque as conclusões são menos lineares, porque os interesses antagónicos mais rapidamente sobressairão.

No final, há que assumi-lo com frontalidade, trata-se de encontrar a forma mais engenhosa de ‘trocar’ os impactos negativos do eventual desmantelamento do sistema de quotas e da liberalização do mercado europeu do leite por dinheiro.

A Comissão Europeia repete até à exaustão que a utilização do célebre artigo 69.º (do Regulamento (CE) n.º 1787/2003) será a forma ideal de suprir todos os impactos negativos das suas reformas. Esse artigo, recorde-se, utiliza o mecanismo da modulação para transferir recursos de um sector para outro ou, no nosso caso e no limite, poderá transferir recursos do sector do leite para o sector do leite, com um benefício nulo a nível de país e/ou de sector. Mas será essa a solução mais adequada??...

Contudo e independentemente da origem de tais recursos financeiros, importa reflectir também sobre a forma mais eficaz de fazer chegar esses recursos aos correspondentes destinatários e de fazer, acima de tudo, com que esse recursos se convertam em investimento reprodutível e sejam utilizados na construção de factores de atractabilidade ao sector e não numa mera ‘muleta’ financeira que empurre ainda mais rapidamente os produtores para o abandono da actividade.[]

“Devemos estudar o impacto potencial de cada cenário, verificar as posições em confronto (não apenas à superfície, mas também no que vai para lá da ponta do iceberg)”

“A camarada Comissária Mariana, ao melhor estilo do nosso ‘saudosos’ PREC, demonstra que a defesa dos interesses de todos os países deveria ser igual”